

A Conservação da Mansão Vila Hilda, do Colégio Regente Feijó e da Estação Paraná: um Princípio Fundamentado pela Sociedade

La Conservación de la Mansión Vila Hilda, del Colegio Regente Feijó y de la Estación Paraná: un Principio Fundamentado por la Sociedad

The Conservation of the Vila Hilda Mansion, the Regente Feijó College and the Paraná Station: a Principle Founded by the Society

Maiara Garbuio

Mestranda em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

E-mail: garbuiomaiara@gmail.com

Recebido: 05 de fevereiro de 2018 Aceito: 10 de abril de 2018
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - O presente estudo teve o objetivo de conhecer o desempenho da conservação dos patrimônios culturais da Mansão Vila Hilda, do Colégio Regente Feijó e da Estação Paraná — todos em Ponta Grossa/PR, a fim de apontar os elementos da gestão social que o influencia. A verificação desse desempenho se deu mediante análise comparativa por meio de fotografias de 1990 e de 2017, de documentos dos últimos 27 anos (1990 – 2017) e de relatos de agentes envolvidos no assunto. Nesse aspecto, a pesquisa buscou identificar os pontos determinantes para a conservação do patrimônio cultural com intuito da promoção deste e de outros tipos de conservação, para que, assim, haja uma compreensão da total atuação da sociedade nessa importante ferramenta patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Paisagem; Conservação.

Resumen - El presente estudio tuvo el objetivo de conocer el desempeño de la conservación de los patrimonios culturales de la Mansión Vila Hilda, del Colegio Regente Feijó y de la Estación Paraná - todos en Ponta Grossa / PR, a fin de apuntar los elementos influyentes para tanto. La verificación de ese desempeño se dio mediante análisis comparativo por medio de fotografías de 1990 y de 2017, de documentos de los últimos 27 años (1990 - 2017) y de relatos de agentes involucrados en el asunto. En este aspecto, la investigación buscó identificar los puntos determinantes para la conservación del patrimonio cultural con el propósito de la promoción de este y otros tipos de conservación, para que, así, haya una comprensión de la total actuación de la sociedad en esta importante herramienta patrimonial.

Palabras-clave: Patrimonio cultural; Paisaje; Conservación.

Abstract - The purpose of this study was to evaluate the conservation of the cultural heritage of the Vila Hilda Mansion, the Regente Feijó College and the Paraná Station - all in Ponta Grossa, Paraná state, Brazil in order to identify the elements of social management that influence it. The verification of this performance was made through comparative analysis through photographs of 1990 and 2017, documents of the last 27 years (1990 - 2017) and reports of agents involved in the subject. In this aspect, the research sought to identify the determinants for the conservation of cultural heritage with the purpose of promoting this and other types of conservation, so that there is an understanding of the total performance of society in this important heritage tool.

Keywords: Cultural heritage; Landscape; Conservation.

Introdução

A preservação do patrimônio cultural é um tema antigo entre os países centrais, mas tornou-se atual na agenda de muitos outros países, inclusive no Brasil. Juntamente com a "preservação", a "conservação" é ferramenta de destaque do patrimônio, pois é a partir dela

que ele se perpetua no tempo, daí sua relevância. Diante disso, compreender a importância da manutenção e da conservação do patrimônio torna-se uma tarefa fundamental para o amplo entendimento do patrimônio cultural.

Todavia, a sua conservação não se rege por conta própria, ela é motivada, favoravelmente ou não, por elementos exteriores, os quais funcionam individualmente por questões próprias de cada patrimônio. É nesse contexto que nasceu, para os autores, a curiosidade em conhecer o desempenho da conservação dos patrimônios culturais, a fim de apontar os elementos influenciadores para tanto. O intuito é então o de caracterizá-los mais especificamente não só para a academia, mas também para o conhecimento mais geral da sociedade, para que, assim, haja maior compreensão da responsabilidade, tanto individual quanto coletiva, em conservar o patrimônio, além da apreciação artístico-cultural das edificações em questão. Por isso, o presente trabalho não possui intenção de demonstrar existências de patologias e biopatologias nas construções, como também projetos, verbas ou estimativas de restauros, pois o seu objetivo principal está atrelado na área social de gestão, e não técnica.

Para isso, o melhor caminho pareceu ser a utilização de recursos metodológicos comparativos, em que o resultado se deu mediante análises comparativas por meio de fotografias, de relatos de agentes envolvidos no tema em tela, de pesquisa de campo e de análises documentais que possibilitaram comprovar a preocupação na conservação dos patrimônios, seguindo as diretrizes metodológicas de Bauer, Gaskell e Allum (2002).

Identificado o método, foram apontados os patrimônios culturais que seriam objeto de análise: Mansão Vila Hilda, Colégio Regente Feijó e Estação Paraná todos em Ponta Grossa, no Paraná. A escolha condiz com o objeto de estudo na pesquisa de mestrado da autora, daí o auxílio deste trabalho na elaboração da dissertação e na obtenção do resultado dessa pesquisa.

Para tanto, delimitou o recorte temporal entre 1990 e 2017, visto que 1990 é o ano de tombamento dos três patrimônios apontados, como também ano dos registros fotográficos escolhidos para análise; e 2017, porque se objetivou comparar a situação atual da conservação dos patrimônios.

O trabalho foi ancorado, primordialmente, pela ciência geográfica, pois os patrimônios culturais são tema de conhecimento dos geógrafos, em virtude da relação que possuem entre espaço e sociedade, sendo eles os objetos de estudo da geografia. E também pela arquitetura, visto que, primeiramente, trata-se de ciência afim da pesquisadora que escreve (adepta da corrente da geografia humanista, graduanda em arquitetura e urbanismo e mestranda em geografia, ou seja, arquiteta usando conceitos da ciência geográfica para chegar ao resultado proposto), e, em segundo e mais importante ponto, por conter concepções em sua gênese que auxiliaram na resolução.

Para que houvesse a compreensão didática da investigação, ela se deu em três períodos: o primeiro buscou satisfazer a compreensão sobre o patrimônio cultural, sua relevância no espaço e integrá-lo na concepção de paisagem geográfica. Em seguida, pelo aprofundamento da importância em conservar o patrimônio. E, por fim, o terceiro período compreendeu um breve relato histórico-cultural dos patrimônios eleitos, isso a fim de propriamente configurá-los como patrimônio cultural. Este terceiro período incluiu as discussões acerca da análise comparativa de cada um, e, posteriormente, o resultado obtido dos elementos influenciadores.

Geografia e Arquitetura: Base na Compreensão do Patrimônio Cultural Edificado

A Europa do século XIX foi o berço original da concepção do patrimônio cultural, em razão de ser o local onde surgiram as primeiras leis que o regulamentassem (CHOAY, 2006).

Com o passar dos tempos, o tema em tela foi tomando grande repercussão no mundo e, com isso, adotando novas linhas de abrangência. Começou com a preocupação em preservar grandes obras artísticas do passado e hoje contempla o conjunto de bens culturais referente às identidades e memórias coletivas (MONASTIRSKY, 2006).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, é o órgão do Ministério da Cultura que possui competência no debate sobre o patrimônio, o qual classifica-o em bens culturais tangíveis e intangíveis, sendo estes últimos uma categoria mais recente do patrimônio, e que adquiriu poder de proteção, dentro do sistema legislativo brasileiro, a partir do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 (FONSECA, 2003).

Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de 'registrar' essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações. (GONÇALVES, 2003, p. 24).

Dessa forma, a Carta Magna de 1988, em seu artigo 216, elenca como patrimônio cultural:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas, e tecnológicas;
- IV - as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988, s/p).

Desse modo, o patrimônio cultural imobiliza as especificidades valorizadas de uma cultura: as manifestações, os comportamentos, os saberes, as arquiteturas, as paisagens, as técnicas e os conhecimentos (CLAVAL, 2007). Isso assim é porque o bem cultural é “[...] um produto de concepção humana, dotado de um valor singular qualquer ou porque constitui uma obra de arte, ou porque representa um testemunho, um registro ou um documento da história do homem” (ALMEIDA, 2013, p. 189), sendo ele diverso e único.

Como demonstra o artigo 216 da Constituição Federal (supramencionado), ambas as categorias do patrimônio cultural (imaterial e material) estão envolvidas no laço de proteção do Estado em prol do bem comum. Entretanto, para um patrimônio ser intitulado como tal, não é somente através do registro ou do tombamento que o faça, pois o próprio

reconhecimento da sua importância pela sociedade o transfere a essa categoria (DROPA et al., 2012).

Assim, o patrimônio cultural surge quando a sociedade atribui valor simbólico a um bem cultural (todo patrimônio cultural possui imaterialidade – simbologia e memória), sabendo-se que essa valorização é resultado das relações sociais singulares contidas no espaço geográfico (MONASTIRSKY, 2006).

Nessa seara, a geografia entra como ciência com intuito de auxiliar a compreensão dos fenômenos concernentes ao patrimônio cultural, pois ele é a expressão cultural que compõe o espaço geográfico historicamente construído, e que destaca a relação do homem com o meio pela valorização que a sociedade lhe atribui a partir das interpretações simbólicas.

Corrêa (2000) escreve que a ciência geográfica possui como objeto de estudo a sociedade. Trata-se de uma ciência objetivada mediante cinco conceitos-chave: paisagem, região, lugar, território e espaço; todos com viés da ação humana na superfície terrestre.

Nesse quesito, Almeida (2013, p. 197) elenca que a compreensão a respeito de patrimônio, dentro da ciência geográfica, está inserida na concepção da paisagem cultural, pois ela se mostra como “[...] um objeto concreto, material, físico, e factual percebido pelos sujeitos por meio dos cinco sentidos [...]”, e que se expressa de forma simbólica, assim como o patrimônio cultural.

Assim, a paisagem pode ser entendida como formada por movimentos impostos pelos grupos sociais por meio de seu trabalho, trocas informacionais, cultura, emoções, o que lhe confere uma dimensão social. A paisagem é percebida e concebida pelos sentidos e por eles ela é veiculada [...]. (ALMEIDA, 2013, p. 190).

Por isso, o patrimônio se lança como paisagem, um sistema de criação de signos em que as interpretações não são únicas e possuem possibilidade de transformar os signos identitários culturais. O patrimônio se constitui, ainda, como fruto da imaginação humana a respeito de um espaço vivido e experimentado dotado de significado (DUNCAN, 2004).

Essas interpretações singulares estão vinculadas especialmente à memória, pois o patrimônio se constitui como testemunho colaborador das lembranças; e a memória, por sua vez, é o que dá sentido ao patrimônio cultural.

Para Nora (1993), a memória é ferramenta de preservação e de continuidade do significado do passado eternizado pela lembrança. Colaborar com a preservação da memória é bloquear o esquecimento da lembrança do passado.

Monastirsky (2006) ainda esclarece que a história e a memória possuem concepções distintas. Elas se afastam, quando menciona que a memória é a possibilidade irracional de modificar o tempo, em virtude de ela ser o conjunto do esquecimento e da lembrança, sendo moldada no imaginário do indivíduo de experiências passadas e que pode ser sustentada por objetos, lugares ou paisagens.

A memória, indispensável para o sujeito, efetiva-se de forma subjetiva, porém se utiliza, em alguns momentos, de objetos concretos para a sua sustentação. O indivíduo precisa guardar, arquivar, registrar fatos, momentos, sensações que possibilitem a percepção de identidade, em um processo que tem como orientação a continuidade e a permanência coletiva. (MONASTIRSKY, 2006, p. 25).

Dessa forma, o patrimônio se mostra como ferramenta de preservação e de resgate da memória; ele é o resultado do significado despertado pela comunhão das lembranças do passado. Surge a partir das memórias individuais, mas se fortalece como tal através das memórias coletivas, sendo o seu papel a produção de memórias.

Paralelamente à memória, pode-se trazer o conceito de que o patrimônio também se mostra como ferramenta que proporciona o conhecimento da sociedade a respeito de arte. Isso equivale a dizer que a intitulação de um bem cultural como patrimônio o eleva a um patamar de contemplação diferenciada, ou seja, o indivíduo se perguntará que características e elementos o constituem e o tornam importante em detrimento a outros bens culturais. A partir disso, o indivíduo voltará a sua percepção a outro ângulo, com uma ênfase mais artística, visto que todo patrimônio cultural é arte segundo preceitos de Hegel (1999), pois é expressão humana que desperta a sensibilidade do homem, e que possui finalidade de representar o passado e resgatar e manter a memória.

Refletindo nos ensinamentos de Choay (2006), de Tuan (1980), de Lukács (1978) e de Monastirsky (2006), há de se destacar que a percepção do patrimônio é a combinação dos sentidos humanos em conjunto com a experiência, a memória, o conhecimento, a concepção teórica da arte, a emoção e a posição sociocultural (Figura 1).

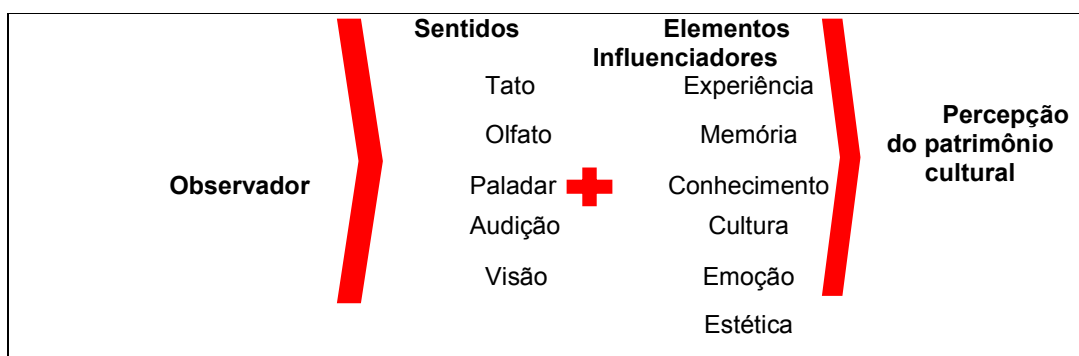


Figura 1 – Percepção do indivíduo pelo patrimônio
 Fonte: Choay (2006), Lukács (1978), Monastirsky (2006) e Tuan (1980).
 Figura organizada pela autora.

Desse modo, o patrimônio cultural não é percebido de forma universal, pois a percepção é motivada por diversos elementos que revelam sua verdadeira importância e variam de indivíduo para indivíduo.

Assim como a geografia, a arquitetura se estabelece como disciplina de compreensão do patrimônio, pois ela é composta por edificações que podem marcar algum estilo arquitetônico que desapareceu e/ou “[...] cujos exemplares devem ser conservados a título de lembrança do passado da coletividade” (CHAUÍ, 2006, p. 114). Desse modo, mostra-se como forma concreta de diálogo entre o passado e o presente a respeito dos símbolos e das representações do passado.

A arquitetura, a geografia e o patrimônio se unem quando é trazido o espaço geográfico como base primordial dessa relação, pois é ele o tema de estudo da geografia, o espaço onde acontecem as relações sociais que dão sentido ao patrimônio e onde a arquitetura toma forma e se concretiza.

É desse modo que se solidifica a pirâmide deste estudo, visto que a arquitetura e a geografia se lançam como colaboradores na compreensão da valorização do patrimônio edificado, assim como na importância quanto à sua preservação e conservação (Figura 2).



Figura 2 – Relação entre Geografia, Arquitetura e patrimônio cultural.
Fonte: Claval (2011), Monastirsky (2006) e Zevi (1996). Figura organizada pela autora.

Preservação e Conservação do Patrimônio Edificado

A preservação do patrimônio pode ocorrer através do registro ou do tombamento, que são instrumentos legais. O tombamento, segundo informação da página de serviços *on-line* da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, é a intervenção do poder público sobre bens públicos ou privados valorizados simbolicamente, com intenção de preservá-los, destituindo a possibilidade de sua destruição. Esses bens, que podem ser móveis e imóveis, são inscritos no livro tomo por possuírem algum valor histórico, arquitetônico, cultural e/ou ambiental.

As teorias de restauro contemporâneas recomendam a utilização do bem preferencialmente com seu uso original e, quando impossível, que o bem se adapte a novos usos, desde que esses não o descaracterizem. O ato de tombamento não altera a propriedade do patrimônio, por isso a conservação ocorrerá por conta deste, mesmo sendo privado, cabendo, em casos específicos, exceções.

Os significados das palavras "preservação" e "conservação" são díspares, para não dizer antônimas, pois que não é bem o caso. Muitos autores, contudo, empregam essas palavras como sinônimas, resultando em erro. Para Barreto (2000), a concepção da palavra "preservação" está ligada ao ato de "[...] proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por outra que possa lhe ocasionar dano" (p. 15). Já o significado da palavra "conservação" está conectada ao ato de permanência no tempo, ou seja, "[...] preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar o patrimônio implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural" (p. 15).

A conservação faz parte do rol de princípios específicos de preservação do patrimônio, e se insere como elo material mais próximo do diálogo entre o passado e o presente, pois perpetua as características do patrimônio no tempo.

A conservação integra o significado de preservação, por sua vez a "restauração" integra o âmbito da conservação. Obras de conservação e de restauração de patrimônios edificados devem ser acompanhadas de profissionais competentes para tanto. Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o profissional de arquitetura é habilitado para esse tipo de acompanhamento, e sua participação é essencial, visto que dispõe de diretrizes teóricas para tanto. Esse processo, contudo, não ocorre de maneira frequente, ou seja, acontecem muitas vezes por mãos de profissionais não habilitados e não qualificados para a função, resultando na destruição de características da edificação.

Querer e saber "tombar" monumentos é uma coisa. Saber conservá-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimento. Isso

requer uma prática específica e pessoas especializadas, os “arquitetos dos monumentos históricos”, que o século XIX precisou inventar. (CHOAY, 2006, p. 149).

Conservar e restaurar é uma forma de retardar a destruição do passado. Não é, porém, só retardar, pois a conservação possui função permanente. Já a restauração possui função excepcional, que deve ser usada quando observada a verdadeira importância na intervenção na obra arquitetônica — intervenção essa que deve ser marcada de forma ostensiva.

É imperioso que se possa, num relance, distinguir a inautenticidade da parte restaurada das partes originais do edifício, graças a uma disposição engenhosa que recorra a múltiplos artifícios: materiais diferentes; cor diferente da do original; aposição de inscrição e de sinais simbólicos nas partes restauradas, indicando as condições e as datas das intervenções; difusão, local e na imprensa, das informações necessárias, e em especial fotografias das diferentes fases dos trabalhos; conservação, em local próximo do monumento, das partes substituídas por ocasião da restauração. (CHOAY, 2006, p. 166).

Segundo Lefebvre (2001), a memória do passado concretizada nos edifícios detém um efeito psicologicamente positivo na população que recorda. Por isso a conservação do patrimônio se torna uma defesa da saúde psíquica, isto é, uma forma de qualidade de vida. Assim, a preservação do patrimônio edificado é imprescindível para torná-lo uma herança comum a todos, mas a sua manutenção é a forma de intervenção para que essa herança não desfaleça no tempo.

Diante disso, a paisagem cultural sistematizada na figura do patrimônio cultural edificado abarca o encontro do sensível e do individual, em que a memória, a cultura, os valores e os sentidos são construídos subjetivamente.

Nessa seara, a interpretação da paisagem pelos indivíduos está ancorada na forma como ela se apresenta no espaço geográfico. Assim, a transformação das características que marcam o valor simbólico de determinada paisagem pode acarretar a sua desvalorização integral.

Vistas essas considerações, a não conservação do patrimônio cultural ocasiona a transformação/modificação de sua forma no espaço geográfico, com isso trazendo a sua desvalorização acelerada, o que pode ocasionar até a extinção da obra e de todos os benefícios que carrega (memória, qualidade de vida e identidade cultural). Por isso, cabe ao poder público, como também à toda sociedade, vistoriar a aplicação desse princípio nos patrimônios culturais, assim como praticar suas atividades cotidianas para que esse fundamento permaneça ativado.

A Conservação dos Patrimônios Edificados: Mansão Vila Hilda, Colégio Regente Feijó e Estação Paraná

Após norteada a explanação a respeito de patrimônio cultural, assim como da importância quanto à sua conservação, o trabalho irá se focar, nos próximos parágrafos, no objetivo a que se propôs, que é identificar o desempenho da conservação das características arquitetônicas e decorativas da Mansão Vila Hilda, do Colégio Regente Feijó e da Estação Paraná, a fim de apontar os elementos influenciadores para tanto. A identificação desse desempenho da conservação se dará através de análise comparativa por meio de fotografias, de relatos de agentes envolvidos no tema (especialistas e poder público) e de documentos pertinentes à conservação.

A escolha dos três patrimônios se deu em virtude de serem o objeto de estudo de dissertação da autora. Por isso este trabalho se torna uma ferramenta colaborativa na obtenção da pesquisa descrita.

Para se chegar ao objetivo, foi utilizada a metodologia da análise comparativa, análise feita, no caso, por meio de fotografias, de relatos dos agentes envolvidos e de documentos comprobatórios da conservação dos três patrimônios. As fotografias utilizadas datam de 1990, ano do tombamento dos três patrimônios pelo Estado do Paraná, e fazem parte do acervo fotográfico da Coordenação do Patrimônio Cultural, que está sob os cuidados da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Paraná (SEEC/PR). Essas fotos foram cedidas, via correio eletrônico, pelo funcionário Aimoré Índio do Brasil Arantes.

Para haver a análise comparativa da conservação, de como a edificação estava em 1990 e de como está atualmente (2017), foi realizada consulta presencial da autora aos responsáveis pelos locais para realizar os registros fotográficos. Então os patrimônios foram fotografados com pontos de visão semelhantes aos das fotos de 1990.

Desse modo, a problemática segue, primeiramente, um procedimento técnico comparativo documental de levantamento, pois será elaborada a partir da comparação de documentos, de fotografias, como também de pesquisa de campo. Em seguida, o procedimento é de caráter qualitativo, em que a análise será regida pela interpretação das realidades. E, enfim, seguem procedimentos descritivos, visto que o resultado almejado está em conformidade com as respostas dos agentes envolvidos (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002).

Esse procedimento foi utilizado segundo ensinamentos de Loizos (2002, p. 138), que traz a fotografia como “[...] representação, ou traços, de um complexo maior de ações passadas. [...] são, inevitavelmente, simplificações em escala secundária, dependente, reduzida das realidades que lhe deram origem”. Ainda para esse autor, a fotografia serve-se de limitações, isto é, ela é material de possibilidades de falsificação, de distorção. Por isso se utilizou também de material documental e de entrevistas, para satisfazer limitações, que se encontra enquadradas dentro do recorte temporal estabelecido.

A temporalidade utilizada ficou compreendida entre o ano de 1990, ano dos registros fotográficos pela SEEC, e o de 2017, pois o trabalho visou comparar o atual estado de conservação em relação ao estado passado, para assim chegar ao resultado.

Esclarecida a metodologia utilizada, adentra-se no esclarecimento a respeito da história e da arquitetura das três edificações com intuito de se chegar à conclusão, qual seja a de que elas perfazem a titulação de patrimônio pelo poder mnemônico que possuem e por serem símbolos identitários culturais da região.

Assim sendo, começa-se a identificação pela Mansão Vila Hilda, que foi construída em 1926 por Alberto Thielen, filho do Coronel Henrique Thilen, imigrante alemão que se instalou em Ponta Grossa (PR) no século XIX em decorrência das grandes mudanças sociais, econômicas e políticas da Revolução Industrial na Europa.

A residência, que está localizada entre as ruas Júlia Wanderley e Theodoro Rosas, possuía uma arquitetura imponente para a época, própria da arquitetura francesa, e contava com 600 metros quadrados distribuídos em dois pavimentos, os quais até hoje revelam o conjunto artístico da obra.

O nome da residência se deu em homenagem à esposa de Alberto Thielen, Ida Hilda Schust. A propriedade foi adquirida pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PR) em 1968, quando passou a sediar a Biblioteca Pública Municipal Professor Bruno Enei, e tombada em maio de 1990 como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Paraná.

Além do valor arquitetônico dessa edificação, que marca um estilo que desapareceu e a grandiosidade artística, esse patrimônio também conta com valor histórico, pois marca um grande momento econômico por que a cidade passou. Atualmente essa Mansão é uma das

representações da cidade, marcando a identidade local e funciona como Fundação Municipal de Cultura de Ponta Grossa.

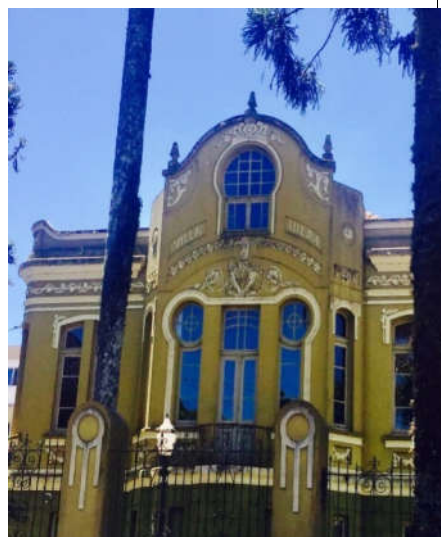
Todas as informações mencionadas aqui foram retiradas do acervo documental da Mansão, como também de relatos dos agentes prestadores de serviço da Fundação Municipal de Cultura, em especial de Rosa Campos, que prestou prontamente sua declaração a respeito do assunto. O registro fotográfico da edificação, assim como o contato com os documentos comprobatórios ocorreu em 13 de setembro de 2017, possibilitando a resolução das Figuras 3 ao 6.

Figura 3 – Mansão Vila Hilda em 1990



Fonte: Arquivo Fotográfico da Coordenação do Patrimônio Cultural – SEEC, 1990.

Figura 4 – Mansão Vila Hilda em 2017



Fonte: Autora, 2017.

Figura 5 – Mansão Vila Hilda em 1990



Fonte: Arquivo Fotográfico da Coordenação do Patrimônio Cultural – SEEC, 1990.

Figura 6 – Mansão Vila Hilda em 2017



Fonte: Autora, 2017.

Fonte: SEEC (1990). Figuras organizadas pela Autora.

Junto com essas fotografias foram detectados laudos de inspeção de conservação do imóvel. Um deles data do dia 25 de outubro de 2004, solicitando a tomada de medidas imediatas visando restringir o uso excessivo da mobília no interior da edificação.

Em outra perspectiva, na comparação das fotografias, verifica-se que foi desempenhada a conservação das características arquitetônicas e decorativas externas da Mansão Vila Hilda. Tal conclusão se deu, primeiramente, quando da visita ao casarão, e, posteriormente, mediante a observação dos detalhes nas fotos. Toma-se, por exemplo, a conservação dos detalhes decorativos das janelas e dos muros, como também do jardim e postes de iluminação que circundam a área externa da edificação. A fonte de água, que é um marco desse patrimônio, está em perfeito funcionamento e estado, assim como a área externa como um todo. Desse modo, evidencia-se, nesse patrimônio, a preocupação em manter a continuidade da memória, da arte e da identidade do município.

Passando a perspectiva do objetivo deste trabalho ao Colégio Regente Feijó, Marçal (2004) escreve que, no século XVIII, houve grandes mudanças na cidade de Ponta Grossa, principalmente pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o que implicou a instalação de energia elétrica na região. Com isso, a cidade foi crescendo e se tornando importante, surgindo a necessidade de se construir uma escola que atendesse a todos os indivíduos do município, como também aos de localidades próximas (MARÇAL, 2004).

Então, criou-se, em 1927, o Ginásio Regente Feijó, que seria instalado no edifício localizado na Rua do Rosário. Com o passar dos anos, o Ginásio sofreu grandes transformações. Atualmente não é mais Ginásio, e sim Colégio Estadual Regente Feijó. A edificação que sedia o Colégio representa simbolicamente a memória de muitos (ex)alunos e (ex)colaboradores, como também a transformação da educação e da história princesina. Por esses motivos, ela foi tombada em 1990 como Patrimônio Cultural do Paraná, com o intuito de prolongar a existência de um monumento representativo da sociedade pontagrossense. Em conformidade com o que Marçal (2004, p. 123) escreve sobre esse patrimônio, no ano 2000, ele “[...] assistiu a um processo de restauração e hoje guarda essas e muitas outras histórias que permanecem na memória de todos aqueles que, de alguma forma, passaram e passam por ali”.

A construção integra dois pavimentos para a distribuição do programa de necessidades (educacionais), o qual exerce até os dias atuais. Possui, ao longo da testada, harmonia e ritmo observadas através das janelas e dos ornamentos que se segue. O projeto é comunicado através de um átrio central, onde ocorre a conversação com o todo.

É construção de dois pavimentos, implantada numa esquina, com recuo para uma das ruas. Exemplo do ecletismo da época, possui um repertório simples de ornamentos. O pavimento superior, arrematado por platibanda, apresenta sequência de janelas retangulares com ornatos de massa, sob e sobre os vãos, segundo modelos clássicos. O andar inferior, com revestimento à bossagem, repete a sequência de aberturas do pavimento superior, com janelas de verga levemente arqueadas (LYRA; PARCHEN; LA PASTINA, 2006, p. 390).

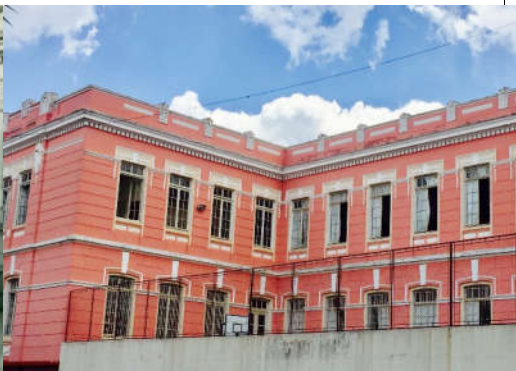
Com o passar dos anos, a edificação sofreu algumas intervenções arquitetônicas. O intuito dessas intervenções foi aumentar sua extensão para atender à demanda de alunos. Todavia, a edificação tombada não sofreu nenhuma modificação.

O Colégio Regente Feijó possui relevância, considerando o significativo número de pessoas que lá estudou, além das pessoas que lá trabalharam nas últimas oito décadas. Sua arquitetura destaca a edificação frente a tantas outras edificações de estilos arquitetônicos contemporâneos que o rodeiam.

A visita ao local se deu em 18 de outubro de 2017, no horário do meio dia, pois era um horário em que a pesquisa não iria atrapalhar o andamento escolar do colégio e vice-versa.

Por isso, a coletados registros fotográficos obteve êxito satisfatório, como se pode verificar nas Figuras 7 ao 10.

Nessa visita, a pesquisadora foi acompanhada do Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky, pois sua lembrança a respeito de experiências passadas auxiliaria na resolução a que se destina este trabalho, visto que, além de ser ex-aluno e ex-professor da instituição, verificando sua total comunicação com o edifício, é o orientador da autora como também atuante na área patrimonial do município.

Figura 7 – Colégio Regente Feijó em 1990  Fonte: Arquivo Fotográfico da Coordenação do Patrimônio Cultural – SEEC, 1990.	Figura 8 – Colégio Regente Feijó em 2017  Fonte: Autora, 2017.
Figura 9 – Colégio Regente Feijó em 1990  Fonte: Arquivo Fotográfico da Coordenação do Patrimônio Cultural – SEEC, 1990.	Figura 10 – Colégio Regente Feijó em 2017  Fonte: Autora, 2017.

Fonte: SEEC (1990). Figuras organizadas pela autora.

A partir das figuras acima e em conjunto com documentos e relatos de alguns indivíduos que auxiliaram na pesquisa (professores da instituição), verificou-se que na edificação são tomadas medidas conservacionistas. Todavia, algumas mudanças nas características externas são observadas, como, por exemplo, a cor que foi empregada possui um tom mais quente em relação ao tom original, além da abundância no paisagismo frontal, o qual resulta na ocultação parcial da vista da edificação, fato que não constava em 1990. Então isso resulta, atualmente, numa “dificuldade” de contemplação de parte do patrimônio pelos indivíduos. Uma grande dificuldade de conservação está marcada na negligência de frequentadores/alunos do colégio, visto que, muitas vezes, foram observados danificando a

estrutura, riscando paredes internas e externas com canetas e compassos, como também quebrando vidraças.

Enfim, em um terceiro momento desta pesquisa ocorre a objetivação da Estação Paraná, que é um marco da ferrovia na cidade. Trata-se do patrimônio mais lembrado em todos os sentidos (DROPA, 2014). Faz parte do Complexo Ambiental Governador Manoel Ribas, popularmente conhecido como Parque Ambiental. A estação está localizada na Rua Benjamin Constant, no número 318, no Centro da cidade de Ponta Grossa. É o prédio onde funciona, atualmente, A Casa da Memória do Paraná, instituição que possui finalidade de guardar, conservar e organizar documentos que dizem respeito à história local.

A edificação foi construída em 1894 como estação de embarque e de desembarque de passageiros. Ela compreendia dois pavimentos, contendo três janelas no piso superior e três portas no térreo: “Construção meramente utilitária tem nas vergas de arco abatido com chave saliente os únicos elementos ornamentais” (LYRA; PARCHEN; LA PASTINA, 2006, p. 392).

Em 1990, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa adquiriu o imóvel, sendo tombado no mesmo ano. Três anos após seu registro no livro tombo, o imóvel recebeu atividades de restauro para voltar às suas características originais, e, em 1995, começaram as atividades na Casa da Memória (MADALOZZO, 2015).

A Estação Paraná possui valor simbólico, visto que carrega consigo a memória e a história econômica, social e política da cidade, além de ser um marco na arquitetura, pois remonta a uma edificação em desuso para os tempos atuais.

Quando em visita à edificação, o que ocorreu em 13 de setembro de 2017, foram solicitadas fotografias, documentos e relatos sobre os três patrimônios que são objeto deste estudo, visto que se trata de instituição que tem por finalidade a guarda de documentos (como supramencionado). A colaboradora Jean Carla Scariotte atendeu prontamente ao pedido, como também prestou depoimentos acerca do assunto em tela. Diante disso, com os materiais obtidos se chegou à composição das Figuras 11 ao 14, o qual auxilia na explanação que segue.

Os vidros de algumas janelas, que encontravam-se quebrados em 2015, segundo Madalozzo (2015), atualmente se encontram reparados. A restauração do prédio com retorno a características originais é observada (Figuras 12 e 13) através da retirada das paredes externas situadas na elevação direita do prédio. Essas paredes existiam em 1990, todavia não se tratava da sua constituição original.

Há também a cobertura inserida posteriormente a 1990 (Figuras 11 e 12), a qual servia de proteção em caso de chuva e/ou sol para os passageiros em 1894. Tal cobertura, porém, encontra-se atualmente com uma parte coberta, e, a outra parte, que deveria ser de material transparente, não está mais no local, restando somente a estrutura feita de madeira.

O ponto em que mais se percebe a diferença nessa comparação é a inserção de barreiras de acesso ao edifício (grades), visando a sua proteção em prol da comunidade. Mesmo assim, contudo, tal barreira não exerce proteção integral, visto que há marcas de pichação e de vandalismo na edificação, mas não são as mesmas marcas mencionadas na explanação de Madalozzo (2015), o que significa que ocorreu a restauração naquela época (ano de 2015), mas que não foi prolongada até os dias atuais.

Figura 11 – Estação Paraná em 1990



Fonte: Arquivo Fotográfico da Coordenação do Patrimônio Cultural – SEEC, 1990.

Figura 12 – Estação Paraná em 2017



Fonte: Autora, 2017.

Figura 13 – Estação Paraná em 1990



Fonte: Arquivo Fotográfico da Coordenação do Patrimônio Cultural – SEEC, 1990.

Figura 14 – Estação Paraná em 2017



Fonte: Autora, 2017.

Fonte: SEEC (1990). Figuras organizadas pela autora.

Após identificar o desempenho da conservação nas três edificações, chega-se ao resultado, o de que há a preocupação do poder público e da sociedade organizada em manter o patrimônio. Essa preocupação foi constatada nos laudos de solicitação de restauração e manutenção, como também na comparação das fotografias, em vistas das melhorias nas características arquitetônicas de 1990 a 2017. Ocorre, contudo, que tal conservação é regida por elementos externos a essa preocupação.

Visto isso, chega-se à Figura 14, que demonstra esses elementos.

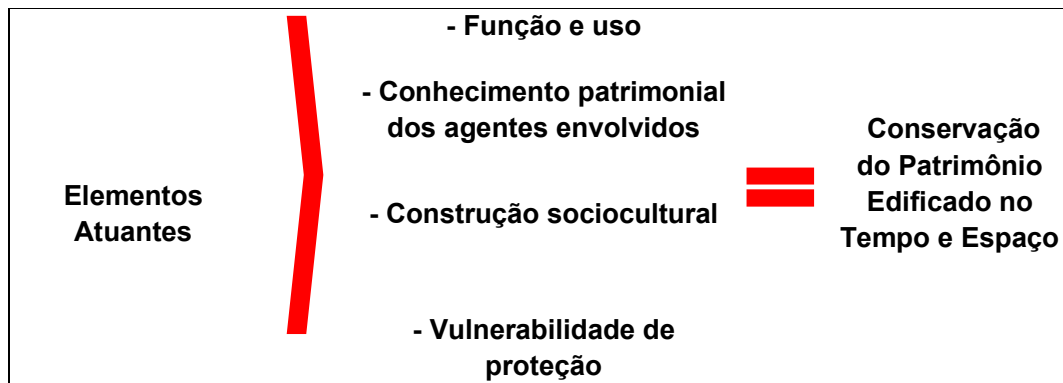


Figura 14 – Elementos Atuantes na Conservação do Patrimônio Edificado.

Fonte: Autora, 2017.

A partir disso se consegue apontar os fatores que exercem influência na conservação do patrimônio. O primeiro deles diz respeito à função e ao uso dado ao patrimônio cultural, que é escolhido pelo Estado “[...] em função de interesses ideológicos e econômicos” (MONASTIRSKY, 2006, p. 30). Essa ocupação de um patrimônio pode degradá-lo e transformá-lo.

Entretanto, Dias (2015) esclarece que nem sempre ocorre dessa maneira. Em seu estudo constatou que o incentivo à reutilização de determinados patrimônios pode “[...] funcionar como estratégia de revitalização urbana e principalmente contribuir para a conservação do substrato histórico remanescente” (p. 12). Dito isso, cada patrimônio merece ser estudado separadamente, pois os elementos atuantes na conservação do patrimônio agem de forma subjetiva.

O segundo pontose refere ao conhecimento do tema: patrimônio cultural. Conforme Guimarães (2017) informa, os programas e as políticas públicas de incentivo ao conhecimento do patrimônio estão em fase de implementação, mas ainda bem abaixo do esperado. Isto é, grande parte da população não compreende a importância do patrimônio cultural e, em decorrência, da sua preservação e conservação, visto que há poucas inserções educacionais e/ou políticas públicas que versem sobre o assunto, como também no total despreparo e descuido dos agentes envolvidos na função e no uso dado de cada patrimônio.

Além do conhecimento, a construção sociocultural dos indivíduos influencia na conservação do patrimônio. Na concepção de Buttimer (1982), a intersubjetividade é o diálogo entre o indivíduo e o espaço, juntamente com a compreensão e aproximação de sua herança sociocultural. Assim, a construção de sociedade e da sua cultura é ferramenta subjetiva do indivíduo que revela a verdadeira essência da relação desse com o patrimônio.

[...] a intersubjetividade sugere a situação herdada que circunda a vida diária. Pode também ser compreendida como um processo em movimento, pelo qual os indivíduos continuam a criar seus mundos sociais (BUTTIMER, 1982, p. 182).

O último elemento constatado neste trabalho foi a vulnerabilidade de proteção, que está intimamente ligada ao conhecimento e à construção sociocultural dos agentes envolvidos. Esse fator está relacionado com a possibilidade de acesso da sociedade a cada patrimônio, pois que, quanto maior o acesso, maior será sua indefensabilidade de conservação, visto que está aberto à múltiplas concepções ideológicas.

Com isso, pelos resultados obtidos, pode-se verificar que os elementos atuantes na conservação do patrimônio giram em torno da sociedade como um todo. Todavia, esta não está preparada para atender aos cuidados de que o patrimônio necessita. Dessa forma, é

necessário que esses obstáculos sejam solucionados e superados, para que assim haja uma maior satisfação no instrumento conservacionista do patrimônio.

Conclusão

Conforme mencionado ao longo deste trabalho, o patrimônio cultural é manifestado pela valorização simbólica que a sociedade atribui a um determinado bem cultural, que é composto de expressões culturais que representam a identidade, a cultura e a memória. Nesse caminho, a preservação se constitui como instrumento de proteção e de acautelamento do patrimônio com intuito de elevá-lo à titulação de legado da comunidade – visto que ele é o que se quer guardar para as gerações futuras.

Não é só de preservação, contudo, que a questão do patrimônio deve ser pautada. A conservação mostra-se como ferramenta a fim de prolongar a existência do patrimônio no espaço geográfico. Ocorre que a conservação fica conectada a elementos externos, os quais nem sempre operam de maneira favorável.

Diante disso, conhecer esses fatores pode possibilitar uma maior capacidade e satisfação da conservação. Assim, com este estudo foi possível detectar o desempenho da conservação de três patrimônios culturais edificadas na cidade de Ponta Grossa/PR, apontando os elementos influenciadores desse cuidado de conservação.

A partir deste estudo chega-se à conclusão de que os patrimônios estudados estão sendo conservados à medida que seus influenciadores o permitem. Esses influenciadores agem de maneira subjetiva em relação a eles e são impulsionados pelo conhecimento ou não da sociedade a respeito da importância de preservá-los.

Visto isso, cabe afirmar que não basta o poder público e a sociedade organizada agirem em prol de reparos a fim de manter a forma e a representação de determinado patrimônio, pois a base para toda a conservação é o conhecimento generalizado da sociedade (mediante educação e divulgação) sobre a importância do patrimônio cultural, sua preservação e manutenção, visto que é ela que detém o poder imediato de conservar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Paisagens culturais e patrimônio cultural: contribuições introdutórias para reflexões. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (Orgs.). **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre, RS: Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 186- 194.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 96.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, C. Nicolas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RS: Vozes, 2002. p. 17-36.

BUTTIMER, Anna. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio. **Perspectiva da geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 179-195.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 147.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. p. 282.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e de Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2007. p. 458.

_____. Geografia cultural: um balanço. **Revista Geografia (Londrina)**, v. 20, n.3, p. 5-24, set./dez. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-122.

DIAS, Adriana Fabre. **A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção**: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis – SC.

DROPA, Márcia Maria; SOUZA, Luiz Fernando de; BAH, Miguel; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Patrimônio cultural em Ponta Grossa (Paraná, Brasil): articulações possíveis entre memória, história e turismo. **Revista Publication UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, v. 20, n. 1, p. 31-42, 2012.

DROPA, Márcia Maria. **A narrativa dos idosos**: análise a partir de Walter Benjamin – uma contribuição para a Educação Patrimonial. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UEPG, Ponta Grossa – PR.

DUNCAN, James. Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 91-132.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GUIMARÃES, Simone Koniski. **Estado e patrimônio cultural**: a memória da hidrovia do Rio Iguaçu (PR). 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UEPG, Ponta Grossa – PR.

GONÇALVES, José Reinaldo Santos. Os museus e a cidade. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 175-189.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Marco Aurélio M. Pereira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 188.

HEGEL, G. W. F. **Cursos de estética**: volume I. Tradução de Marco Aurélio Werle. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1999. p. 290.

IPHAN 80 Anos. **Mário de Andrade**. 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade>>. Acesso em: out. 2017.

LEFEBVERE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.

_____. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. p.143.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 137-155.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista.** Sobre a categoria da particularidade. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 153.

LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira; PARCHEN, Rosina Coeli Alice; LA PASTINA, José. **Espirais do tempo: bens tombados do Paraná.** Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MADALOZZO, Nisiane. **Memória social e cidade contemporânea: o velho Centro Ferroviário de Ponta Grossa – PR.** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UEPG, Ponta Grossa – PR.

MANSÃO Villa Hilda. Disponível em: <<http://patrimoniocultural.culturapg.com.br/?p=184>>. Acesso em: ago. 2017.

MARÇAL, Maria Antônia. Regente Feijó: memórias de uma escola. In: CHAVES, Niltonci Batista (Org.). **Visões de Ponta Grossa: cidade e instituições.** Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2004. p. 119-129.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovia: patrimônio cultural.** Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis – SC.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara AunKhoury. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/ São Paulo,** São Paulo, n. 10, p.7-18, dez. 1993.

O ARQUITETO e a preservação do patrimônio histórico. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/o-arquiteto-e-a-preservacao-do-patrimonio-historico/>> Acesso em: out. 2017.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1996.

TOMBAMENTO – Conceitos. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4#1>>. Acesso em: out. 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura.** Tradução de Maria Isabel Gaspar e de Gaëtan Martins de Oliveira. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.